

UMA MICRO-HISTÓRIA DO SUICÍDIO NO LIMITE DE FRONTEIRAS

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS*

MÁRCIA REGINA RISTOW**

As áreas de formação histórica recente se demonstram como um grande desafio para a pesquisa histórica. Os museus (FOUCAULT) da memória estão se fazendo; os discursos que elaboram práticas estão mais suscetíveis ao labor do político, visto que a temporalidade na pós-modernidade tem como característica o aceleração deste. Chegou-se mesmo a afirmar que a história regional seria um espaço do vazio, local sem história. Para além de qualquer possibilidade de admitir o absurdo, esta afirmação remete a uma história etnográfica, onde o próprio autor da afirmativa precisa ser “historiografado”, ou seja, presentificado no seu espaço, tempo e exercício profissional. Dizer que o regional ou a formação histórica recente é carente de história denuncia um *metier* profissional onde afirmava-se a história administrativa, nacional, estatal. Neste, uma história geral precisava açambarcar as irmãs menores.

A inexistência de lugares da história (me refiro aos museus que defendem a sua existência como provas documentais), por outro lado, trás desafios para a pesquisa histórica. Primeiro deve-se marginalizar a afirmação de que não há história no regional; segundo que exige do pesquisador o uso de fontes que não albergadas pela história geral. O local surge assim, não como o vácuo, mas como um lócus onde o fazer-se cotidiano acontece (REVEL). A narrativa, muito além de reconstruir o local perante o geral, terá como finalidade demonstrar o inverso: o de como o local subverte, distorce, ignora ou se apropria de *mimesis* de um pensamento global. Como afirmou Elmir (2004: 95ss), há um enredo, (que) em linhas gerais, compreende a forma pela qual se constrói a narrativa historiográfica (Elmir, 2004, p. 95-109).

O enredo engloba o falante e a fala; Gadamer menciona a “fusão de horizontes” para ilustrar a hermenêutica de Dilthey; há, portanto, uma inversão na perspectiva. Assim, não se pode dizer que o local não tem história, senão sobre seu entrelaçamento de experiências, o imprevisto, o inconcluso.

* - Doutor pela Universidade Federal do Paraná. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bolsista Produtividade do Cnpq. Pesquisa fomentada pela Fundação Araucária

A fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina é um espaço onde o novo ocorre. Não como gênese, mas como experiências. Nela as identidades são postas a prova, o direito se dilata e dilui, o rio intransponível é agraciado por várias pontes (*metaforai*, no dizer de Certeau). Um rio que motivou Guerras é agora engolido pela modernidade: virou a hidrelétrica da integração; se as disputas se fizeram através da prática bandeirante e das Missões – cuja posse definitiva da fronteira “obedeceram” estes marcos – o Mercosul une “por cima” as diferenças históricas. Estas marcas – a memória, a política, os acervos – estão sendo construídos a partir de experiências múltiplas. Os valores são negociados.

Na ponta desta história local, deve ser procurado novos saberes resultados da ação de personagens menores. Neste aspecto, o estar-no-mundo deve evidenciar a experiência se fazendo por entre a geração e o consumo de saberes. Boaventura de Sousa Santos, desde *Pasárgada*, em 1975, demonstrou uma espécie de micro-história a partir de experiências e saberes inovadores sobre a resolução de conflitos sobre moradia e posse da terra. Diante de omissão dos poderes do Estado, os sujeitos, a partir de seus próprios interesses, criaram “mecanismos legais” para resolução destes conflitos. Nas experiências cotidianas, há, segundo o autor português, um “campo de possibilidades” que rompe com o modelo de racionalidade que preside a ciência moderna e seu decorrente paradigma dominante (Santos, 2000). Assim, “os micro-historiadores parecem ter optado por “exercer a insegurança” ao invés de “sofrê-la”.

Nas fronteiras edificadas como nacionais, as transgressões ocorrem em muitos espaços. Podemos dizer que há muitas formas de morrer nestes lugares. A legislação dos três países tem normas rígidas quanto ao controle do morrer; há ritualizações diversas sobre o como tratar o corpo; na década de 1920, os relatos falavam de corpos sem identidade, sombras e não corpos. A partir dos anos 40, eles são nacionais. Mas como se crivam estes discursos ordenadores e as práticas cotidianas de agricultores, contrabandistas, sacoleiros, imigrantes das várias etnias, religiosos? Com este tema, pretendemos nos ocupar.

Um estado da arte: entre outras pesquisas e as fontes locais

Sobre a discussão da relação entre o geral e o local, ou geral e regional, opinou Sandra Pesavento. A pesquisadora afirmou que “A micro-história [...] busca ver no local

uma porta de entrada ou janela para resgatar o universal e se propõe, como linha de frente a atacar, exatamente o resgate desta articulação entre o todo e a parte”. Entende, basicamente, que “é no nível micro que se surpreendem melhor os fenômenos mais gerais” (2000, p.232).

Jacques Revel, refutando o argumento de que o micro perde a significância em relação ao geral e, inclusive comprometeria o trabalho do historiador que sempre esteve ligado à longa duração, às dimensões estruturais e até mesmo do inconsciente, afirmou: “Os trabalhos dos micro-historiadores exibem deliberadamente uma dimensão experimental” (Revel, 2000, p. 20). Com isto afirmou, em concordância com Ginzburg (1989), que a micro-história é um trabalho exaustivo da busca pela documentação, seja ela de qual natureza for. Neste aspecto é pertinente lembrar as palavras de Vainfas: “(...) a narrativa na micro-história (...) demonstram as fronteiras que separam da narrativa ficcional, uma vez que, apesar da dimensão conjectural e intuitiva presente nesses textos, eles sempre resultam de pesquisa documentais e reconstróem tramas históricas muito concretas (2002:125).

O autor, neste mesmo trabalho, analisa as pesquisas de Natalie Zenon Davis, Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, Darton, Lynn Hunt, dentre outros, com a finalidade de esclarecer conceitos e inventariar a trajetória dos *Annales*. Sobre o método de Ginzburg, em especial, - o método Morelli – afirmou que

Carlo Ginzburg propôs, neste artigo, com derivação dessas comparações, a história como ciência do particular, do caso irrepitível e único, e não como ciência do tipo galileano, construída a partir de abstrações e conceitos gerais. Disso resulta uma concepção de história como essencialmente indutiva, como prática de pesquisa, e não baseada em modelos hipotéticos-dedutivos, calcadas na exaustiva pesquisa documental, na erudição e no rigor factual.” (2000:110)

Um outro aspecto importante da discussão criada por Vainfas para esta relação com a historia local, remete a “localizar” para a produção do texto ficcional. Aludimos acima que é necessário “historiografar” a produção e o exercício profissional; Vainfas avança neste aspecto quando, aprofundando o aspecto etnográfico da narrativa, remete às discussões da antropologia. Afirmou que

O fundamento teórico da narrativa de tipo micro-histórico reside, queira-se ou não, na adoção ou adaptação da descrição densa de Geertz, seja como método de análise de fontes – que funcionam como os discursos anotados na pesquisa etnográfica de campo,

seja como fórmula expositiva. O modelo ideal da exposição micro-histórica consiste, assim, em descrever e interpretar os discursos contido nas fontes, em perspectiva microscópica, tal como proposto por Geertz, com a diferença deveras importante de que, para o historiador, importa cotejar versões do mesmo episódio, sejam provenientes da posição social dos que emitem o discurso, sejam, ainda, resultantes de estratégias concretas que combinam circunstâncias concretas.

Calcada, portanto, na exaustiva determinação das fontes, o local ressurgiria mediante o trabalho descritivo. Os locais de formação histórica recente não podem ser considerados a-históricos. Há que ser demonstrado a diacronia/sincronia; o como as narrativas maior ecoam por entre a vida cotidiana. Ainda citando Vainfas: “A narrativa micro-histórica não chega, portanto, a renunciar à explicação – o que, se feito, implicaria a renúncia do historiador, ao menos no plano expositivo, a um de seus deveres de ofício” (Vainfas, 2002, p. 126).

2- Qualificação do Problema a ser abordado

SUICÍDIO E MICRO HISTÓRIA: uma possibilidade de análise

Temas que miram as fontes; exaustivas descrições; o inusitado, dentre outros, tornados visíveis através da narrativa. Estes são os focos cujo feixe de luz deve visibilizar. E Revel emenda: “os trabalhos dos micro-historiadores exibem deliberadamente uma dimensão experimental” (Revel:2000, p. 20).

Retomando o renomado texto de Ronaldo Vainfas (2002:106), os micro historiadores se ocupam com os “pequenos enredos” ou “enredos minúsculo” (p. 128). Obviamente não no sentido da insignificância, mas da tradição historiográfica que, centrada na grande história – nas estruturas, na longa duração ou no inconsciente, não obteve a percepção dos importantes fragmentos.

O suicídio na fronteira é um fragmento de uma história global. Obviamente não deve ser compreendida como história reflexo da economia, fato que remeteria à não necessidade de uma análise micro-analítica para afirmá-lo. Muito menos como um desvio da *persona*, ou de genes e ser individualizada, como faz o saber da medicalização deste objeto. Sobre isso se discutirá mais a seguir. Há um enredo histórico que envolve os sujeitos reais, que vivem a vida toda (HELLER:1989); neste enredo é possível a compreensão de um sentido; nele há uma racionalidade intrínseca para a tomada de decisão. Há na prática do suicídio um saber (ou saberes) que se deslocam e “permitem” ao seu praticante agir com determinada desenvoltura. Se

juridicamente nos quadros dos “direitos” se pode falar em exercícios de direitos ou em permissividade ou lesão, na ótica do sujeito, é preciso falar em liberdade. Se a moral reprova e a religião condena, o sujeito suicida os desafia. Uma micro história do suicídio pode abordar os saberes que estão na base dos atentados contra a própria vida e demonstrar através de fontes específicas os jogos, os saberes, os vários discursos que “dizem” a normalidade, a moralidade e dentre estes, um saber sobre a morte.

Conforme afirmou Greiner (2007) em *Leituras da Morte* há um comportamento do poder biopolítico em relação há vida e a morte. Se na soberania (FOUCAULT) havia a necessidade do controle do corpo e da definição de um cuidado com a população em relação á sua disciplina, a sua produção, seus bens e sobre a morte, havia uma espécie de soberania que primava pelo “fazer morrer e deixar viver (p.24), (...). Já no biopoder contemporâneo, afirma a autora, não há a incumbência de fazer viver, nem de fazer morrer, mas de fazer sobreviver. Ele cria sobreviventes. E produz a sobre vida” (...) “Trata-se de fazer viver e deixar morrer”.

Este aspecto apontado pela autora vai de encontro ao *silenciamento do corpo* apontado por Norbert Elias (2001). Embora o foco do autor foi refletir a sociedade e o tratamento da velhice, apontou reflexões importantes sobre significados da morte e as mudanças sociais. Afirma a necessidade de criar meios para se mudar a atitude frente à morte: a amizade e solidariedade dos vivos e o “sentimento dos moribundos de que não causam embaraço aos vivos (p.76)”. Os embaraços e ou os seus sentidos, talvez sejam chaves da compreensão dos significados locais. Houve sem duvida, na modernidade, um investimento em saberes constrangedores da morte. A ética do trabalho, o valor ou status dos bens materiais, a administração do lar. São *quase fetiches* produzidos pelos *médias* (HABERMAS:1990). Mas não são sem propósito; estão na base da resignificação.

A morte, por outro lado, pode significar “criar para si um corpo sem órgãos” (DELEUZE: 1997 p.149). Mas estar *sem órgãos* é a negação de algo da vida; talvez seja negar os próprios órgãos, desde que eles signifiquem negativamente; cabe-nos apontar que negações foram essas para entender o sentido da morte.

Enfim, a pesquisa local deverá formar um quadro de ocorrências e fazer recortes compreendendo as relações de sincronia e diacronia entre o ordenamento que perpassa uma “história de cima” – do Estado, da ciência, das fontes do mercado, do trabalho; de

uma outra ponta o indivíduo, sua família, suas posses, seus papéis historicamente construídos. O *local* deverá ser o choque (o contrário do vácuo), o lugar da criação, da reelaboração, dos sentidos novos. No local deve residir recorte minúsculo (FAINVAS:2002,p. 106). A partir dele deve-se produzir uma narrativa cujo enredo demonstre, mediante uma prática historiográfica indutiva (p. 110), exaustiva pesquisa documental, erudição e rigor factual (...) que desvendar (de) uma “teia social concreta onde os atores se movem, exercendo múltiplos papéis sociais e individuais”. Uma prática historiográfica que recupere “[...] os temas mais aptos a uma investigação microanalítica (...) aqueles ligados a comunidades específicas [...], às situações-limite e às biografias” (p. 136).

CENÁRIOS DE OCORRÊNCIAS: as fronteiras do rio Paraná

O Estado do Paraná conquistou a sua emancipação em meados do século XIX, mais precisamente, em 1853. Os movimentos de ocupação territorial seguiu os traços do imaginário português (SANTOS, 1996), deslocando-se do litoral para o interior. Neste imaginário havia duas formas de investimento: uma integracionista e uma emancipacionista.

A primeira de cunho francamente, ainda, ligada às cortes, defendiam a tese do centralismo monárquico e o albergamento do território à proteção real. Emancipacionistas, por outro lado, pensavam a autonomia administrativa e centralizada em Curitiba. A definição das fronteiras do novo Estado foi tão conflitiva quanto seu “modelo ideológico”. Somente em 1926 um acordo pôs fim às disputas com Santa Catarina.

A ocupação efetiva da territorialidade também se compôs em algo não menos conflituoso. Kaingang, Xetás e Guaranis ocupavam o território paranaense do litoral ao rio Paraná e além fronteiras com o Paraguai, Argentina e Uruguai. Este foi o primeiro “empecilho” à ocupação da racionalidade administrativa que se desejava implantar. Nacionalização foi um discurso efetivo (FOUCAULT,) cujas ações políticas foram desde o confronto armado, às artimanhas de barganhas de território, formação de aldeamentos para “confiná-los” porque representavam impedimentos á ocupação por imigrantes e proprietários da terra.

Para os emancipacionistas, a proclamação da república foi fundamental para o projeto de domesticação do espaço territorial. Seguiu do litoral para o interior. Curitiba foi o ponto de partida rumo a uma integração do seu extremo, o Oeste do Estado. A interiorização da governança provocou, principalmente, a ocupação do solo. Entre 1853 e 1886 o Estado recebeu cerca de 20 mil imigrantes (WASCHOWICZ). Cada um dos povos que colonizaram o Paraná formaram colônias nas regiões do Estado, conforme políticas públicas ou favores pessoais.

A colonização do extremo oeste do Estado do Paraná, ocorreu a partir da década de 1940, com dois objetivos centrais, segundo esta corrente: 1) nacionalizar a área que durante o século XIX, e início do século XX esteve ocupada por empresas denominadas "obrages"* ; 2) priorizar a expansão das "fronteiras econômicas", em especial as "fronteiras agrícolas", do Estado Brasileiro, centrando esforços no sentido de ampliar o crescimento dos setores que pudessem contribuir para o aumento das exportações.

Para que estes objetivos se concretizassem, empresas colonizadoras que atuavam no Estado do Rio Grande do Sul, foram estimuladas pelo governo do Estado do Paraná, a adquirirem terras ditas "boas e baratas", e iniciar o processo de colonização da área. No caso da colonização do oeste paranaense, haviam além da justificativa oficial e aparente de nacionalizar a fronteira, outros objetivos, entre eles o de abrir caminho para a expansão do capital e para a colonização gaúcha. Este imaginário é visível pela letra de Wachowicz (1987). Segundo afirma o historiador regional, a vinda dos gaúchos "poderia contrabalançar a influência econômica e política do Estado de São Paulo" em um momento em que um gaúcho - Getúlio Vargas - subia ao poder, ocupando o cargo de presidente da república”.

A ação do Estado do Paraná, neste quesito da efetiva ocupação e defesa territorial parece ter seguido várias fases. Preliminarmente, pode-se destacar:

- a compra das terras pelas empresas colonizadoras;
- a demarcação e construção das primeiras vias de circulação, bastante rudimentares;
- a demarcação dos locais onde mais tarde seriam construídas as áreas urbanas;
- a divisão da área em lotes rurais, que em sua maioria possuíam entre 240.000 e 300.000 metros quadrados de terra;

* - Latifúndios de capital estrangeiro, que extraíam na área produtos como a erva-mate e a madeira com o objetivo de exportá-los através do Rio Paraná.

- uma intensa propaganda em determinadas áreas do Estado do Rio Grande do Sul. Em trabalho recente, procuramos evidenciar um imaginário religioso da Terra Prometida sendo construído através da propaganda e ações efetivas da igreja católica e protestantes na seleção de europeus para assentamento em terras do Oeste do Estado (SANTOS:2008)

Nesta prática discursiva, as ações políticas produziram o imaginário do celeiro. Enfatizaram a fertilidade do solo, o baixo preço das terras, o clima subtropical semelhante ao clima do Estado de origem, a abundância de cursos d' água, as terras situadas em relevo plano e cobertas por matas subtropicais. O público alvo desta propaganda eram produtores agrícolas familiares, que em sua grande parte descendiam de imigrantes europeus - basicamente italianos e alemães -. Durante o século XIX seus ascendentes já haviam iniciado o processo de colonização na porção centro-leste do Estado do Rio Grande do Sul, e no início do século XX, através de uma nova migração colonizaram o noroeste do mesmo Estado.

Este mesmo imaginário “branqueou” (SCHWARCZ, 2000) um sujeito positivamente, albergando nele qualidades essenciais para o feitiço da nação no Estado. Desejava-se um homem europeu laboral, conhecedor dos segredos da terra e de técnicas de domesticação desta para a produção. Dentro deste contexto, iniciou-se durante a segunda metade da década de 1940, e mais intensamente durante as décadas de 1950 e 1960, o movimento migratório que resultou na ocupação do território do oeste paranaense. A migração era realizada em grupos, geralmente formados por familiares, amigos e vizinhos, também trabalhadores agrícolas, que adquiriam lotes numa mesma área. Este tipo de migração era estimulada pela empresa colonizadora, uma vez que as condições de infra estrutura eram bastante precárias. A ajuda entre as famílias que migravam era imprescindível para a derrubada da mata subtropical, para a construção das casas e dos galpões, e também para o preparo da terra e cultivo de produtos agrícolas de subsistência.

ESTRATÉGIAS “DE CIMA”: a modernização agrícola

Concomitante ao processo de colonização da área, o Estado Brasileiro desenvolveu, a partir da década de 1960, políticas que visavam o incremento das exportações brasileiras. A expansão dos cultivos de soja e trigo - o primeiro com ampla

demanda no mercado mundial, e o segundo objetivando diminuir as importações - justificaram o desenvolvimento de estratégias que consolidou, a partir da década de 1970, o processo de modernização da agricultura brasileira. As estratégias viriam como “ações de cima”, refletiriam diretamente no cotidiano das famílias então assentadas nos pequenos lotes rurais.

Entre os fatores mais importantes para que o processo se consolidasse, estava o acesso ao crédito que apresentava-se disponível para todas as fases do processo produtivo agrícola, desde o preparo da terra à compra de insumos e implementos, até a comercialização, a industrialização e o armazenamento da produção.

A transferência de complexos industriais de capital multinacional, com o objetivo de atender a demanda de insumos, máquinas e implementos agrícolas; e a implantação de agroindústrias de esmagamento de soja para a produção de óleo e farelo, este último utilizado na fabricação de ração, foram condições imprescindíveis para que a modernização agrícola se efetivasse. Inseridas nesta estratégia. Nesta investida, as Cooperativas foram criadas e fortalecidas, para se tornarem agentes de comercialização da produção, entre produtores e órgãos governamentais e, direta ou indiretamente encarregavam-se da distribuição do produto à indústria de processamento. As instituições bancárias, ao atuarem como agentes financeiros deste processo, introduziram novas formas na relação comercial: a agricultura familiar que até este momento comercializava seus produtos, sem a interferência de terceiros, passou a fazê-lo por intermédio de financiamentos bancários, tornando-se ao mesmo tempo um vendedor de produtos agrícolas e um comprador de sementes, insumos, agrotóxicos e equipamentos agrícolas. Assim, novas formas de reprodução de determinadas relações de produção, passam a fazer parte do cotidiano do trabalhador agrícola, não só – enquanto estratégia décima – no oeste paranaense, mas em grande parte do sul do Brasil.

Esta situação se manteve até o final da década de 1970, a partir da qual a demanda da soja no mercado mundial diminuiu consideravelmente, e, como conseqüência, a política agrícola estatal de estímulo ao plantio da soja passou a ser menos generosa para com os produtores agrícolas. Os juros bancários que até então, eram em grande parte subsidiados pelo Estado, elevaram-se, endividando os agricultores e, inclusive "forçando" alguns deles a vender parte e até toda a propriedade agrícola,

para pagar dívidas. Este fato se tornava comum com a frustração de safras por problemas climáticos como seca ou geadas, e a necessidade de refinanciar as dívidas bancárias.

Os anos 80 será um momento fulcral da modernização agrícola no Oeste do Estado. Foi nesta década que ocorreu grande modificação da base técnica de produção e expansão agropecuária o que permitiu a entrada na comercialização de *commodities* e da agro industrialização. Essa mudança tecnológica propiciou a ocupação de novas áreas e reestruturação das tradicionais, bem como o início de uma diversificação de produtos. Socialmente falando, criou-se um deslocamento do *ethos*, desenraizando um *modus vivendi* e inclusive, forçando o deslocamento humano do campo para a cidade. A desagregação familiar afastou os indivíduos não somente econômica, mas religiosa e socialmente. Este fator pode ser medido pelo grande crescimento populacional demonstrado pelos censos, relativos às principais cidades do Oeste. No entanto, um concentração urbana que manteve sua vida ativa vinculada ao modelo agrícola (MOURA & MAGALHÃES, 1996).

Da mesma forma, nos anos 80, devido à industrialização e a mecanização agrícola, houve significativa perda de população rural e crescimento das esferas urbanas. Foi a partir desta década que a população urbana ultrapassou a população rural no Estado do Paraná. (OLIVEIRA, 2001).

As características culturais, no entanto, foram fundamentais para a implantação de um modelo de desenvolvimento local. Como já destacamos, as políticas de assentamento humano deram preferência ao imigrante europeu. Além das óbvias características de “branqueamento”, trazia um outro elemento fundamental para o imaginário desenvolvimentista: a religião. É importante demonstrar que nas regiões de Cascavel, Toledo, Guaraniaçu, Palotina a predominância é de europeus católicos, ao passo que Marechal Rondon e circunvizinhos, predominam protestantes. Esta política de distribuição humana tem fortes traços – além da visível prática proselitista – de um fator de gestão territorial. A predominância de católicos ocorre justamente no perímetro da antiga Prelazia Católica. Na ausência de ações governamentais afirmativas, foi a igreja que realizou o diálogo político entre o Oeste do Estado e a centralização administrativa em Curitiba (SANTOS:2008)

Notadamente, foi também de iniciativa de católicos europeus a implantação de modelos cooperativados de produção. Outra característica fundante foi a adoção do modelo de pequenas e médias propriedades como modelo produtivo e essencialmente ligados à religião. Basta observar que o sistema cooperativista, em sua origem, tem grande fundamentalismo religioso. Nos anos 80, no entanto, as cooperativas se configuram como intermediadores entre o mercado e o produtor, desconfigurando e excluindo a matriz religiosa fundamentalista. Os *média* (HABERMAS) contrapõe ao costume comunitário um valor de mercado.

O Oeste passou a ser um receptor de imigrantes, através da atração de sulista, lembrando uma velha expressão de Silva (1981; p. 90) ante uma “modernização dolorosa” da agricultura no Brasil:

A agricultura tem uma particularidade fundamental em relação à indústria: o meio de produção fundamental – a terra – não é suscetível de multiplicação ao livre arbítrio do homem. A sua distribuição torna-se, assim, o pano de fundo sobre o qual se desenrola o processo produtivo: compreender o que é a estrutura agrária significa, em outras palavras, entender o papel de um dos condicionantes básicos da produção agrícola. Exatamente por ser a terra um meio de produção relativamente não reprodutível, a maneira como se dá sua apropriação inicial, ou seja, a sua ocupação histórica, é de fundamental importância. Nesse sentido, a região Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – apresentou particularidades visíveis em relação às demais regiões do país, dada a importância que assumiu a pequena propriedade na sua colonização.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) o Paraná, que havia experimentado as mais altas taxas de incremento demográfico no período de 1960 a 1970, se transforma no Estado que contribuiu com a maior parcela de emigrantes internos oriundos do Extremo Sul do Brasil, destacando-se como a UF de maior crescimento populacional do Brasil. Uma realidade que se inverterá a partir dos anos 80, com a tecnificação agrícola. Os números foram assim representados:

Tabela do número de propriedades rurais, percentual de participação do total, faixa de crescimento e variação do Oeste do Paraná

Classe de Área Total Em Hectares	1970	% da área em 70	1975	% da área em 75	Taxa de Crescimento Anual 70-75	Variação de 1970 a 75	1980	% da área em 80	Taxa de Crescimento Anual 75-80	Variação de 1975 a 80	1985	% da área em 85	Taxa de Crescimento Anual 80-85	Variação de 1980 a 85	1999	% da área em 99	Variação de 1985 a 99	Taxa de Crescimento Anual 85-99	Taxa de Crescimento Anual 1975-99	Variação de 1970 a 1999
de 0 a 10	41878	50,7	50.267	55,3	3,72	20,03	35.509	47,29	-6,72	-29,36	32.500	46,4	-1,76	-8,5	23.631	36,36	-27,3	-2,25	-3,10	-43,57
de 10 a 100	39286	47,6	38.827	42,7	-0,23	-1,17	37.290	49,66	-0,80	-3,96	35.078	50,1	-1,22	-5,9	38.984	59,99	11,14	0,76	0,02	-0,77
de 100 a (-) de 1000	1335	1,62	1.742	1,92	5,47	30,49	2.205	2,94	4,83	26,58	2.406	3,43	1,76	9,12	2.295	3,53	-4,61	-0,34	1,16	71,91
1000 ou mais	68	0,08	71	0,08	0,87	4,41	89	0,12	4,62	25,35	88	0,13	-0,23	-1,1	79	0,12	-10,2	-0,77	0,45	16,18
Total	82567	100	90.907	100	1,94	10,10	75.093	100	-3,75	-17,40	70.072	100	-1,37	-6,7	64.989	100	-7,25	-0,54	-1,39	-21,29

Este quadro demonstra o evolutivo, fundamentado nas características culturais, econômicas e políticas que acima destacamos. Elas são fundamentais para entender a estrutura fundiária e as características antropológicas que estão fundamentalmente relacionadas ao fenômeno do suicídio. O deslocamento, as atividades sociais, religiosas e produtivas, estão aí, essencialmente ligadas. Neste outro quadro, o adensamento populacional, demonstra o esvaziamento do campo, em função do alto crescimento urbano, a partir da década de 80.

Ano do Censo	População Urbana			População Rural			População Total	
	Total Urbano	% no total da Pop. Regional	Densidade Demográfica (hab/Km2)	Total Rural	% no total da Pop. Regional	Densidade Demográfica (hab/Km2)	Total Geral	Densidade Demográfica (hab/Km2)
1.970	149.516	19,87	6,53	602.916	80,13	26,32	752.432	32,85
1.980	484.504	50,43	21,15	476.225	49,57	20,79	960.729	41,94
1.991	728.126	71,67	31,78	287.803	28,33	12,56	1.015.929	44,35
1.996	832.691	77,20	36,35	245.893	22,80	10,73	1.078.584	47,08
2.000	929.092	81,60	40,56	209.490	18,40	9,14	1.138.582	49,70

Fonte: IPARDES

Enfim, desde o desmembramento de São Paulo, a racionalidade administrativa investiu em forma de ocupação e integração do seu território. Ações políticas movimentaram a população seguindo os passos bandeirantes sempre no sentido de desbravar, demarcar e integrar. O imigrante foi este modelo de homem que as ações políticas idealizou como sujeito capaz de solidificar um tipo de desenvolvimento. Contudo, estas mesmas ações não visualizam o sujeito como pessoa.

Fontes da Pesquisa

1- O local – a microrregional do Oeste do Paraná

No município de Marechal C. Rondon (extremo Oeste do Paraná) e cercanias – Mercedes, Pato Bragado, Quatro Pontes – estudos históricos dão conta de números expressivos da prática de suicídio. Há números oficiais apurados pela Delegacia da Polícia Civil local, que demonstram o grave quadro de ocorrências. São índices que descrevem – na década de 1980 a 1990, um quadro sinistro que acusa uma média de 0,75 ocorrência ao mês, ou seja, uma ocorrência de até 9 casos ao ano[†].

Esta estatística é relativa à penúltima década do século passado. De 1990 até 2008, não foram produzidas estatísticas concisas sobre as ocorrências. Elas são registradas pela rotina policial, pela rotina da Saúde Pública e pelo Fórum local, visto que se concretiza como atentado contra a vida, seja ele fatal ou não. Sendo assim, é gerador de inquérito. Mas há um claro “desinteresse” pela quantificação e divulgação. A morte está perdendo o interesse...

Enfim, esses traços da cultura local são imprescindíveis para compreender a *vida toda* (HELLER). Mais que isso, estas são características do enredo: a ação estatal, a imigração, o território, a fronteira, o trabalho produtivo e a morte. Não é ironia lançar respostas à pergunta: ‘o que é viver nesse local’? Ou seja, “como se vive nessa localidade?”. Ao se admitir a pergunta ao local e lançar respostas, o propósito será o de colocar a vida em perspectiva com a idéia da morte. À pergunta de como se morre nesse local foi

colocada em perspectiva com o viver ali, ao modo como alertou Áries ao comentar a pesquisa de Natalie Z. Davis (1982:330) “a vida terrestre é a preparação para a vida eterna, como os nove meses de gestação são a preparação para a vida terrena”.

Perguntas com esta mote, conduzirá a busca por lugares onde a vida flui: as praças, escolas, bares, bailões, salões paroquiais, cultos, missas, reuniões políticas, leitura dos jornais, quadras esportivas, postos de saúde, prostíbulos, visita a pessoas

[†] - Há outros números produzidos no Sul do Brasil que demonstram o porquê de se levar em consideração os números de atentados contra a própria vida. Em Santa Cruz do Sul, cidade gaúcha, suicidaram-se 21 agricultores. Para especialistas em saúde, o número é alarmante: a média brasileira é de 3,8 suicídios por 100 mil pessoas. O recorde de 2001 é da Rússia, após 10 anos de crise social e econômica, com 34 por 100 mil, segundo a Organização Mundial da Saúde. Não foi caso único. Em Venâncio Aires, cidade vizinha de Santa Cruz, em 1996, chegou-se ao índice de índice local 37,22 casos por 100 mil habitantes.


ilustres, meios de comunicação, velórios, cemitérios, hospitais, conversas informais, lojas, jornais, pastores, delegacias, delegados, taxistas, órgãos públicos, empresas, cartomante, aos loucos da cidade, coveiro, recém-chegados na cidade. Todos estes atores e lugares são informantes do enredo. Direta ou indiretamente eles tem algo a dizer sobre os suicidas. Os laços menores, nos círculos da família, amigos e igreja, significativamente terão uma visão privilegiada. Junto as estes, a visão institucional. Primeiramente as fontes de estatísticas descritos acima; mas uma visão médica, dos secretários de saúde e de sua Secretaria; do Hospital regional, de funcionários da saúde municipal.

2- Fotos e Processos judiciais

43 processos já foram conhecidos, lidos e catalogados. Neles constam laudos médicos ou psiquiátricos, depoimentos, fotos, narrativa policial, narrativa do ministério publico. São conhecimentos estratégicos, cercados pelas narrativas maiores de seus imaginários. Mas eles “constroem” o fato. Em seu conjunto, *naturalizam* (BOURDIEU,2002)conformes ao discurso jurídico, à vontade estatal.

As fotos quase sempre acompanham os processos como provas documentais. Mas elas falam mais que aquilo que apresentam. São *indiciárias* (GINZBURG) de algo que não está presente. A apresentação do corpo; seu asseio; as roupas trajadas; a forma de atentado – arma de fogo, enforcamento, perfuração provocada, queda. São formas escolhidas em vida. São sinais que trazem o corpo à vida; senão material, ao menos significativamente. Emitem gritos, chamam a atenção daqueles que ficaram. A estatística os calam! Um corpo é um sujeito de linguagem, ele fala. A foto é um dos meios de se registrar alguns destes significados. Possivelmente um funeral deva ser igualmente significativa. (até este momento não tivemos a oportunidade de presenciar um ato funeral. Este é um dos objetivos para a decorrente pesquisa).

As cartas de adeus são fontes primordiais. Nelas podem ser lida acusação, confissão, pedido de perdão, partilha de bens, justificativa do ato suicida, declaração de amor, de ódio. Nelas o pai aconselha os filhos, a esposa, a amante, os amigos; a mãe abençoa os filhos e condena o marido; noutras simplesmente lembra dos filhos. Por ultimo, algumas que registram a desilusão com o mundo.

<div style="text-align: right; margin-bottom: 10px;">39</div> <div style="text-align: center; border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px;">  DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ </div> <p> <i>Selma Perdoe por ter tomado esta decisão, você tem nenhuma culpa Selma eu de bem do Charles e do Lisângela com tem tudo certo do certo</i> </p> <p> <i>Adeus não tenho mais flavor</i> </p> <p> <i>a terra da Hilda vendam e tem uma parte para elas o carro e a moto eu asinei o recibo de quitação</i> </p> <p> <i>em nos bancos as contas estão todas em conjunto Caixa 15. Banestado 10. Itaú 10. Brasil 12 a 15. Credilago 17+10- e verifique bem tem um cheque no cofre de 14. O gado vendam a maioria senão vai dar problemas O Cláudio e o Domingos com ajuda desculpa tudo vocês a minha atitude escrevi com muita dificuldade perdoe por favor o resto fazem como acham</i> </p>	<p style="text-align: center;">TRANSCRIÇÃO</p> <p>Selma perdoe por ter tomado esta decisão, você não tem nenhuma culpa. Selma cuide bem do Charles e da Lisângela, com tem dos certo (sic).</p> <p>Adeus não tenho mais palavras</p> <p>A terra do Hildo vendam, e tem uma parte para elas; tem o carro e a moto eu asinei (sic) o recibo de quitação</p> <p>Tem nos bancos as contas, elas estão em conjunto. Caixa 15; Banestado 10, Itaú 10, Brasil 12 a 15; Credilago 17,710, e verifiquem bem tem um cheque de 14 no cofre; o gado vendam a maioria senão vai dar problemas; O Cláudio e o domingos vem ajudar; Desculpem todos vocês a minha atitude;</p> <p>Escrevi com muita dificuldade, Perdoe por favor</p> <p>O resto fazem como acharem, Cláudio eu confio na tua bondade; as contas que temos com o tempo acerte com a Selma, o resto da terra que temo junto vendam quando der certo o milho e ajude por favor a Selma e os meus filhos,</p> <p>Eu conto também com o Domingos, desculpem por ter feito isto, perdoe. Selma o resto das contas por fora você sabe, tem comprovante no cofre</p> <p>Mande rezar muitas missas por mim porque eu não devia ter feito isso</p>
---	---

São relatos igualmente significativos das escolhas, da racionalidade (des razão segundo Nietzsche). Nestas letras, alocadas no processo como provas da morte, são muito mais que isso. São provas da vida, ou de como o enredo da vida foi pensado (ARIÉS:1982).

8- Referencias

CHIAVENATO, J.J. O massacre da natureza. São Paulo: Editora Moderna; 1991.

_____ A morte: uma abordagem sociocultural. São Paulo: Moderna, 1998.

DURKHEIM, Émile – Suicídio: estudo sociológico; tradução de Luz Cary, Margarida Garrido e J. Vasconcelos Esteves; - 2ed. – Lisboa: Presença, 1977.

ELMIR, Cláudio Pereira. No rastro dos crimes da rua do Arvoredo. Porto Alegre: Escritos, 2004.

FLORIANE, Dimas. Conhecimento, Meio Ambiente e Globalização. Curitiba: Juruá, 2009.

FOUCAULT, Michel de. Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Segurança, Território, População. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. Microfísica do Poder. Lisboa, Bertrand, 1984.

- FREITAS, Marco Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007.
- GAVIN, J. F. *Reflexões em Torno do Suicídio: a Linguagem e a Ética do Dano Pessoal*. São Paulo: Paulus, 2007.
- GRISSOLIA, César Koppe. *Agrotóxicos - Mutações, Câncer E Reprodução*. Brasília: Unb, 2007
- HABERMAS, J. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- _____. *J. Direito e Democracia*. Vol. II, p 189.
- _____. *O Futuro da Natureza Humana*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HELLER, A. *Cotidiano e história*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989.
- LE GOFF, Jacques — *História*. In *Enciclopédia Einaudi – I. Memória/História*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre, dir. — *Fazer História*. 3 vol. Lisboa: Bertrand, 1977.
- REVEL, Jacques — *A Invenção da Sociedade*. Lisboa: Difel, 1990.
- LIMA MARTINS, Ismênia de. (org) *História – Estratégias de Pesquisa*. Rio Grande do Sul: Unijui, 2002.
- MORIN, E. *Le Paradigme perdu: la nature humaine*. Paris: Edition du Seuil, 1973.
- MOURA, Esmeraldo Blanco Bolsonaro de; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs) *História Econômica. Agricultura, indústria e populações*. São Paulo: Alameda, 2006.
- NOVAIS, Fernando A. *Aproximações. Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Cosacnaify, 2005.
- OLIVEIRA, D. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001. 113 p. (Coleção historia do Paraná; textos introdutórios).
- RECKZIEGEL, A. L. S. *História regional: dimensões teórico conceituais*. *História Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, jun. 1999.
- _____. *O consumo de calmantes e o "problema de nervos" entre lavradores*. *Rev Saúde Pública* 1994
- SALLES OLIVEIRA, Cecília Helena; COELHO PRADO, Maria Lígia; MÔNACO JANOTTI, Maria de Lourdes (orgs). *A História na Política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Semear outras soluções – os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, José Carlos dos. *O Viver e o Sagrado: Imagens do Cotidiano no Extremo Oeste do Paraná (Dissertação de Mestrado)* Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 1996.
- _____. *Agricultura Química: o custo social do desenvolvimento*. *Revista de Ciências Sociais Aplicadas Em Revista*. Vol 4., no. 07.
- _____. *Luzes na Floresta: Religiosidade como arte de governar no espaço colonial*. Cascavel: Coluna do Saber, 2008
- VAINFAS, Ronaldo e Flamarion, Ciro Cardoso. *Domínios da História*. São Paulo: Campus, 2002.
- VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história*. São Paulo: Campus, 2002.
- WERLANG B. S. G.; BORGES, V. R.; FENSTERSEIFER, L. *Indícios de potencial suicida na adolescência*. *Psicologia Revista São Paulo*, v. 14, n.1, p.41-57, 2005.